



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS
 INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS**

**THE XAVANTE SOCIETY AND THE TRAINING OF INDIGENOUS TEACHERS FOR THEIR
 EDUCATIONAL INDIGENCES**

**LA SOCIEDAD XAVANTE Y LA FORMACIÓN DE MAESTROS INDÍGENAS PARA SUS
 INDIGENCIAS EDUCATIVAS**

Ueudison Alves Guimarães¹, Marcia Ulrich Bisello², Patrícia Weimer³, Dione Schneider Pezzini⁴

e443069

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i4.3069>

PUBLICADO: 04/2023

RESUMO

Este breve estudo foi desenvolvido com o intuito de abrir uma breve discussão acerca da formação de professores indígenas que fazem parte da sociedade Xavante, tendo em vista as suas indigências Educacionais e os indivíduos desta comunidade, os quais deixam as aldeias a procura de formação em escolas situadas em Mato Grosso, Brasil. Citar-se-á, o curso de Letras, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso, o qual, na opinião dos autores deste estudo, não oferta uma formação que contemple as indigências de tal público, contudo, sabe-se que o problema não se encosta no próprio curso, ou mesmo na Universidade, mas sim, na carência de vontade do Governo para com esta questão. Assim, por meio deste estudo e de uma pesquisa de cunho bibliográfico, compreendeu-se que a Educação voltada para o público dos povos indígenas foi pautada, no decorrer da história do Brasil, por acepções que envolvem o subjugar as dessemelhanças culturais, impondo-se, com isso, a “civilização”. Entretanto, por meio dos movimentos sociais principados na década de 70, como também por meio da Carta Magna, datada de 1988, os direitos indígenas passaram a ser afiançados por lei. Desta forma, entende-se que, para além do indígena que necessita compreender a língua falada no espaço educacional urbano, buscando tanto interagir com seus pares como também evoluir nos estudos, necessita-se que os futuros professores indígenas tenham algum padrão de preparo para receber seus alunos em sala de aula, de maneira que se valorize o padrão de experiências vivenciada pelos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ensino. Formação de professore. Xavante.

ABSTRACT

This brief study was developed in order to open a brief discussion about the training of indigenous

¹ Pedagogia – Universidade Luterana do Brasil – (ULBRA), Química – Faculdade Cidade João Pinheiro – (FCJP), Matemática – Centro Universitário Claretiano - (CLARETIANO), Geografia – Faculdade Mozarteum de São Paulo – (FAMOSP) e Física – Centro Universitário Faveni – (UNIFAVENI); Especialista em Gênero e Diversidade na Escola – (UFMT), Educação das Relações Étnico-Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos – (UFMT), Metodologia do Ensino em Química – (FIJ-RJ), Libras e Educação Inclusiva – (IFMT) e Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – (IFES); Mestrando em Educação: Especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico - Espanha (UNEA), Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University) e Mestrando Nacional Profissional em Ensino de Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

² Graduada em Pedagogia, com habilitação em docência na Educação Infantil, pela UNEMAT. Especialização em Psicopedagogia Educacional, pela FAPAF. Mestranda em Educação: Especialização em Formação de Professores-Universidade Europea del Atlántico – Espanha (UNEA).

³ Graduada em Pedagogia, Universidade Pitágoras UNOPAR. Especialização em Educação Infantil/Área de conhecimento, Universidade Pitágoras UNOPAR. Mestranda em Educação: Especialização em Formação de Professores-Universidade Europea del Atlántico – Espanha (UNEA).

⁴ Licenciada em Pedagogia, com habilitação em Pedagogo da Escol: Orientação Educacional e Supervisão escolar, pela UNIJUÍ. Especialização em Educação Especial, Instituto Cuiabano de Educação. Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais, pela FAPAF. Especialização em Psicopedagogia Educacional, pela FAPAF. Mestranda em Educação: Especialização em Formação de Professores-Universidade Europea del Atlántico – Espanha (UNEA).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

teachers who are part of the Xavante society, in view of their educational indigences and the individuals of this community, who leave the villages in search of training in schools located in Mato Grosso, Brazil. It will be mentioned, the course of Letters, offered by the Federal University of Mato Grosso, which, in the opinion of the authors of this study, does not offer a training that contemplates the indigences of such public, however, it is known that the problem does not touch the course itself, or even the University, but rather, the lack of will of the Government for this issue. Thus, through this study and a bibliographic research, it was understood that education aimed at the public of indigenous peoples was guided, throughout the history of Brazil, by meanings that involve the subjugation of cultural dissimilarities, thus imposing "civilization". Thus, it is understood that, in addition to the indigenous who need to understand the language spoken in the urban educational space, seeking both to interact with their peers and also to evolve in studies, it is necessary that future indigenous teachers have some standard of preparation to receive their students in the classroom, so that the pattern of experiences experienced by indigenous people is valued.

KEYWORDS: Education. Teaching. Teacher training. Xavante.

RESUMEN

Este breve estudio fue desarrollado con el fin de abrir una breve discusión sobre la formación de maestros indígenas que forman parte de la sociedad Xavante, en vista de sus indigencias educativas y los individuos de esta comunidad, que abandonan las aldeas en busca de capacitación en escuelas ubicadas en Mato Grosso, Brasil. Se mencionará, el curso de Letras, ofrecido por la Universidad Federal de Mato Grosso, que, en opinión de los autores de este estudio, no ofrece una formación que contemple las indigencias de tal público, sin embargo, se sabe que el problema no toca el curso en sí, ni siquiera la Universidad, sino más bien, la falta de voluntad del Gobierno para este tema. Sin embargo, a través de los movimientos sociales que comenzaron en los años 70, así como a través de la Carta Magna, fechada en 1988, los derechos indígenas comenzaron a ser garantizados por ley. Así, se entiende que, además de los indígenas que necesitan entender la lengua hablada en el espacio educativo urbano, buscando tanto interactuar con sus pares como evolucionar en los estudios, es necesario que los futuros maestros indígenas tengan algún estándar de preparación para recibir a sus estudiantes en el aula, de modo que se valore el patrón de experiencias vividas por los pueblos indígenas.

PALABRAS CLAVE: Educación. Enseñando. Formación de profesores. Xavante.

INTRODUÇÃO

Este breve estudo foi desenvolvido com o intuito de abrir uma breve discussão acerca da formação de professores indígenas que fazem parte da sociedade Xavante, tendo em vista as suas indigências educacionais, pois os indivíduos desta comunidade deixam as aldeias a procura de formação em escolas situadas em Mato Grosso.

Versa-se, pois, acerca de uma pesquisa de caráter bibliográfico, cujo tema a ser dissertado e discutido, enreda a formação de professores indígenas e o seu trabalho junto da etnia Xavante. Para isso, será citado o conhecido curso de Letras ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso, em seu Campus Universitário no Araguaia, o qual, na visão dos autores deste estudo, não oferta uma formação que contemple as indigências de tal público, contudo, sabe-se que o problema não advém do próprio curso, ou mesmo na Universidade, mas sim, da carência de vontade do Governo, o qual negligência os povos indígenas.

Dissertando acerca das escolas indígenas, percebe-se que elas podem ser melhor entendidas caso sejam observadas mais de perto, tanto pelos próprios Xavantes quanto por aqueles que não são



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patrícia Weimer, Dione Schneider Pezzini

indígenas, ou seja, os técnicos da Secretaria de Educação, responsáveis pela orientação administrativa e pedagógica na Educação.

Assim, talvez seja pelo fato de desconhecerem o ensino pedagógico tão específico e de como é possível ensinar o índio a ler e escrever em contexto de escola indígena.

Tal mote é a que os profissionais da educação levam consigo, mesmo que sejam ofertadas ferramentas para o desenvolvimento dos trabalhos, indicando faltar aos docentes um melhor entendimento acerca da estrutura básica que deve ser voltada à Educação contemporânea, seja no campo da política, seja no desenvolver da responsabilidade do município.

A Educação Indígena no Brasil

Quando se versa acerca da Educação Indígena em terras brasileiras, mostra-se importante observar, historicamente falando, como aconteceu a Educação no Brasil, especialmente quando se tem em foco as primeiras empreitadas dos jesuítas até o que ocorre nos dias atuais.

Neste panorama, observa-se ainda que durante o período colonial:

Aos índios mansos buscava-se persuadir a viver nos aldeamentos em troca de uma porção de terra para subsistência e um salário pela realização de trabalhos. Aos índios bravos, que não estavam dispostos a colaborar com o projeto colonial, coube a escravidão. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006 *apud* MEDEIROS, 2018, p. 7).

Desta forma, existia determinada distinção dentre os indígenas, as quais diziam que alguns deveriam ser educados, enquanto outros não. Contudo, esta instrução, dada pelos jesuítas, tinha por desígnio preparar o povo indígena para servir como mão de obra.

Neste sentido, catequizavam-se os índios adultos e, fora a catequização, as crianças eram escolarizadas, tendo em vista que elas se mostravam mais suscetíveis a tal padrão de intervenção.

No princípio do século XIX aconteceu uma transformação de postura a este respeito, tendo em vista as reformas providas do trabalho do Marquês de Pombal. Assim, a partir de tal período, todos os indígenas necessitariam ser introduzidos à sociedade, buscando-se, com isso, que não existisse mais nenhum tipo de distinções cultural no Brasil.

De acordo com Medeiros (2018), neste período, surgiu o diretório do Índio, fundamentando-se o tratamento estendido a eles:

Algumas das medidas inovadoras deste conjunto legislativo foram:

- proibir os costumes indígenas nas aldeias;
- impor a língua portuguesa em substituição à língua geral;
- estimular os casamentos entre índios e não-índios;
- pôr fim à discriminação legal contra os índios; incentivar a presença de não-índios nas aldeias;
- extinguir aldeias ao transformá-las em vilas, freguesias ou lugares (MEDEIROS, 2018, p.151).

Com isso, objetivava-se, claramente, que os índios fossem “civilizados”, na acepção e entendimento da coroa portuguesa. Desta forma, viu-se que, mesmo com o fim do “Diretório do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

Índio”, e com a proclamação da Independência, as antigas diretrizes permaneciam a vigorar.

Em seguida, foi criado o “Regulamento das Missões” que, segundo Medeiros (208), exibia como inovação somente um tratamento que se mostrava mais brando aos povos indígenas, sendo este previsto em lei, contudo, jamais praticado, mesmo vendo-se que o pensamento de integração à cultura dominante permanecia.

Para Medeiros (2018):

Esta maneira de lidar com os indígenas se manteve por todo o século XIX. Com a Proclamação da República, em 1889, foi mantida a forma de “educar” os indígenas e integrá-los à “civilização”, todavia, deu-se início ao estabelecimento de “relações de caráter puramente laico com os povos indígenas” (MEDEIROS, 2018, p. 9-10).

Neste panorama, tais relações passariam, de acordo com o autor supracitado, a ser estabelecidas através do SPI - Serviço de Proteção ao Índio, o qual foi criado em 1918.

No decorrer da Ditadura Militar aconteceram várias acusações que abarcavam a eficiência e a gestão de recursos do SPI e com isso dissolveu-se o órgão, criando-se ao mesmo tempo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano de 1967.

Tal fundação, nesta fase inicial, permaneceu uma determinada inércia envolvendo o tratamento de integração que até ali se praticava, inovando-se somente a proposta que a partir daí seria de uma Educação de caráter bilíngue.

De acordo com Medeiros (2018), no ano de 1970 surge a ruptura, com o advento do “movimento de luta pelos direitos indígenas, principalmente pela demarcação de terras e pelo reconhecimento das diferenças étnicas”

Tal movimento se mostrou e mostra como sendo disruptivo, pois com ele, passou-se a dar voz às comunidades, as quais exigem tanto a sua autodeterminação quanto a demarcação de reservas para os povos indígenas.

Com isso, este marco se mostra muito importante, tendo em vista que a Educação anteriormente ofertada seguia as indicações de uma “Educação para os índios” em conformidade a esta que se coloca como sendo uma “Educação dos índios”.

Tendo em vista este breve histórico, percebe-se que a Educação que exige como público o povo indígena foi fundamentada, na maior parte da história brasileira, por meio do pensamento de subjugar as dessemelhanças culturais, impondo, ao mesmo tempo, a “civilização”.

Contudo, por meio dos movimentos sociais principados durante a década de 70 e ainda da Carta Magna, datada de 1988, afiançaram-se os direitos indígenas. Desta forma, a Educação dos índios necessita considerar os feitos pertinentes a estes povos.

A Língua Portuguesa no Ensino dos indígenas

Quando se desenvolve uma abordagem reflexiva acerca do entendimento da Educação, descobre-se, por meio de Biesta (2018), que ela carrega consigo o desígnio de promover ao aluno determinada qualificação, ou seja, ele passa a adquirir saberes que auxiliam tanto no desenvolvimento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patrícia Weimer, Dione Schneider Pezzini

de suas habilidades quanto de seu aprimoramento.

Ademais, o autor supracitado também esclarece que a Educação tem como propósito atuar de maneira que promova a socialização dos educandos, em sentido geral, ou seja, para aquisição de saberes de caráter técnico e profissional quanto para a uma relação agradável em sociedade.

Além disso, é necessário acrescentar que existe ainda a função de subjetivação dos alunos, asseverando-lhes a aquisição de pensar de modo autônomo, ou seja, sem que fique preso às exigências da sociedade. (BIESTA, 2018, p. 23-24).

Nesse sentido, revela-se a indigência de um processo educacional que abarque uma ideia:

de referências mais amplo e diferente para a educação, no qual se incluam questões de democracia, ecologia e cuidado como pontos de orientação para o engajamento com a questão do que deve dar direção aos empreendimentos educacionais. Que se deve começar com questões de democracia, ecologia e cuidado. Isso porque estas têm a ver com questões existenciais que se enfrentam quando se tenta descobrir como se pode conseguir viver junto à pluralidade das formas humanas em um vulnerável e já significativamente exaurido planeta. Acredita-se que esses sejam os reais “fundamentos” para a educação contemporânea e para a educação do futuro. (BIESTA, 2018, p. 26).

Tomando como referência o excerto supracitado, verifica-se que o mote que envolve os indígenas no meio educacional da área urbana pode ser considerado como um mecanismo de troca, em que de um lado há o aprendizado de uma Educação formal, enquanto do outro, ensina-se os hábitos de convivência dentro de um modelo que esteja alinhado à natureza, respeite a pluralidade cultural, dentre outros.

Desse modo, é notório que o processo educacional indígena não deve ser ancorado nesse modelo, ou seja, o mesmo que é oferecido aos sujeitos que não são considerados indígenas.

Nessa perspectiva, é imprescindível que se busque refletir a respeito de uma Educação amplamente voltada para os povos indígenas, a qual suplante todas as suas necessidades, como uma forma de asseverar-lhes os seus direitos.

Contudo, segundo os apontamentos de Magalhães (2016), salienta-se que: “o que se preconiza como ensino coletivo nos espaços urbanos, percebidos durante a pesquisa, não passa de um ensino elitizado e preconceituoso, principalmente quando se trata de alunos indígenas, presentes nessas escolas”.

É relevante destacar um ponto que é de fato muito importante nesse trabalho e que precisa ser debatido, que é o modo como deve ocorrer o processo educativo dos alunos indígenas nos espaços urbanos, em que todo o trabalho de mediação é desenvolvido por um docente que não tem conhecimento tanto da língua indígena quanto de seu acervo cultural.

Ademais, é importante esclarecer que se refere a uma prática educativa de âmbito intercultural, em sentido amplo. Por essa ótica, compreende-se a Pedagogia Decolonial, como aquela que:

- 1 - valoriza educadores subversivos, no sentido de reconstruir as nossas realidades por meio da constante libertação e emersão das colonialidades opressoras;
- 2 - está ligada aos saberes e realidades locais, globais, regionais e transnacionais;



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

3 - preza pelas memórias coletivas, pela recuperação das histórias e pelos movimentos sociais de resistências em detrimento dos epistemicídios [...];
4 - busca por outros “suleares”, valorizando as diversidades epistemológicas e a ecologia dos saberes; e (v) não nos deixa esquecer das utopias e das esperanças, almejando sempre às solidariedades dos existires [...]. (CADILLE; LEROY, 2020, p. 258).

Com isso, apreende-se que caminhar por entre as estradas que compõem os motes inerentes à Educação indígena é caracterizado, segundo o exposto, como uma prática decolonial.

Reitera-se esse ponto, visto que a presença de um aluno indígena no interior de uma sala de aula na área urbana por vir acarretar demasiado estranhamento tanto em relação aos alunos quanto os professores.

Em contrapartida, o docente precisa tomar enorme cuidado para que não acredite na possibilidade de tornar o educando indígena em um sujeito civilizado, é de grande relevância que ele conheça mais intimamente o modo de viver e a cultura em que esse integra, pois somente atuando dessa maneira a sua prática pedagógica apresentará um desígnio libertador.

Com isso, Magalhães (2016, p. 222) elucida que:

[...] o processo intercultural deve ser levado em consideração, pois há de se acrescentar que o ensino, nessa perspectiva, não é apenas traço de encontro e confronto entre as etnias, mas, sobretudo, uma proposta para que se promovam as relações sociais a partir da articulação entre os diferentes modos de representação do mundo.

Desse modo, compreende-se, mediante os conceitos de Magalhães (2016), que o processo de ensino-aprendizagem de línguas não deve se resumir única e exclusivamente aos mecanismos estruturais, exigindo que se desenvolva um intercâmbio cultural para que os alunos adquiriam novos saberes mediante essa troca.

Tudo isso implica ao docente trabalhar de modo que leve aos seus alunos conhecimentos que vão além dos significados contidos nos dicionários, além de ensiná-los a existência de edificações culturais e de contexto capazes de modificar todo o sentido, uma vez que o processo de comunicação entre línguas diferentes suplanta o estudo, mesmo que dedicado, de palavras e o intercâmbio entre elas.

Por outro lado, é preciso tomar consciência de que os educandos que vão surgindo na área urbana com o propósito de adquirir novos saberes por meio de estudos, não carregam em sua bagagem o conhecimento de Língua Portuguesa, não conseguindo seguir o mesmo nível e aprendizado seguidos daqueles que lá já estudam.

Diante dessa premissa, entende-se que os alunos que saem das aldeias para estudar na cidade estão em busca de formação, além de ser a escola o primeiro lugar que já frequentaram, tornando esse compromisso ainda mais desafiador.

Xavante (2015, s/p), em suas palavras, esclarece que:

[...] a educação dos povos tradicionais o ensino especializado e formal como prática social une o saber, a vida e o trabalho, sem escola, educam-se na vida do dia a dia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

da comunidade, quando plantam, coletam, escutam da boca dos anciãos as histórias da tradição oral e participam nas cerimônias coletivas (XAVANTE, 2015, s/p).

Segundo o excerto acima, percebe-se que o cenário que abarca as questões culturais não caminha por uma trajetória de ensino que vislumbre a formalidade, uma vez que é para a vida que as pessoas são educadas. Contudo, ressalta-se que determinados indígenas procuram a cidade por conta de seu interesse na educação formal.

Levando em consideração que para poder atuar de maneira efetiva com os outros alunos e evoluir em seus estudos, o educando indígena tem necessidade de compreender o linguajar utilizado nas unidades de ensino da área urbana, desse modo, os docentes precisam receber qualificação adequada para atender essa demanda, orientando-os no ambiente escolar de modo a promover uma aprendizagem satisfatória e que esteja em conformidade com suas necessidades, interesses e experiências adquiridas em seu cotidiano.

A Formação de Professores Indígenas do povo Xavante

Tomando como base a Constituição Federal (BRASIL, 1988), descobre-se que ela tem como desígnio asseverar à população indígena todos os seus direitos. É possível verificar a garantia desses direitos com a Carta Magna, a partir do capítulo VIII, artigos 231 e 232, destacando-se o que está inserido no art. 231, *caput*: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens”.

Do mesmo modo, tendo em vista a Educação, elucida-se que o parágrafo 2º, do art. 210, busca formalizar que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”.

Diante dessa perspectiva, compreende-se que a lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, denominada como Lei de diretrizes e bases da educação nacional, constitui, em seu art. 78 que:

78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (BRASIL, 1996).

Desse modo, toma-se ciência a respeito dos direitos dos povos indígenas, os quais têm direito a fazer parte da Educação formal, desde que sintam essa necessidade, além de ser um dever do Estado promover a ele a acessibilidade.

Por isso, é fundamental que o processo que abarca a formação docente seja realizado



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

adequadamente, almejando garantir o suprimento de toda essa demanda advinda das aldeias.

Salienta-se que o curso de Letras, o qual era promovido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), teve o seu início em 1981, na região do Vale do Araguaia. Nesse período, o curso era propiciado pelo Centro pedagógico de Barra do Garças, o qual se mantinha em funcionamento numa escola estadual da cidade, oferecendo cursos de licenciatura plena tanto em Letras quanto em Ciências (UFMT, 2017, p. 8).

Contudo, verifica-se que a partir do ano de 1989, houve a edificação de um campus particular para a UFMT, denominado de Campus Universitário do Araguaia, sediado em Pontal do Araguaia-MT (OLIVEIRA, 2020, p. 62) – Barra do Garças e Pontal do Araguaia são cidades “irmãs”, enquanto a sua divisa era demarcada pelo rio Garças.

Sabe-se que o curso de Letras (UFMT/CUA), com aproximadamente 30 anos de existência, ainda qualifica os seus discentes somente em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, deixando as licenciaturas das áreas de Línguas Estrangeiras de fora.

É importante acrescentar que o curso acima mencionado tem como objetivo formar docentes de Língua Portuguesa para trabalharem na Educação Básica. Assim sendo, percebe-se que o Projeto Pedagógico do Curso conjectura:

Ao contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso. Compreender o conhecimento advindo das relações fronteiriças, assim como o lugar ocupado pelo Brasil e por Mato Grosso, espaço de fronteiras territoriais e culturais com países da América Latina, indígenas e não indígenas, e com Países de Língua Portuguesa. (UFMT, 2017, p. 17).

Nesse cenário, acredita-se na possibilidade de existir a necessidade de uma abordagem acerca da diversidade cultural no processo de formação dos docentes, exclusivamente, para esse curso.

No entanto, percebe-se na grade curricular desse curso a ausência de disciplinas inclinadas ao preparo docente com um olhar mais a frente, que esteja pronto para atender aos alunos indígenas sem desvalorizar a sua história e tudo aquilo que eles carregam consigo de experiências adquiridas em seu cotidiano.

A disciplina denominada de “Tipologia das Línguas Indígenas Brasileiras” (UFMT, 2017, p. 86) é entendida como uma das que discorre acerca do mote que abarca as línguas indígenas. No entanto, é considerada uma disciplina de caráter optativo, a qual não possui o desígnio de promover o ensino de uma língua indígena aos educandos.

Tendo em vista a ausência de uma formação docente específica, enxerga-se como possibilidade a presença de um intérprete de língua Xavante com o objetivo de conduzir os educandos, em horário diferente, ou seja, no contraturno, quando eles executam as tarefas que foram solicitadas pelo docente.

Contudo, como normalmente se constata durante o Processo de Atribuição dos profissionais da educação (PAS- 2021) (SEDUC, 2021), não existe qualquer flexibilização em relação às vagas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

para profissionais desta área, uma vez que a previsão existe somente para os intérpretes de LIBRAS.

Isto posto, evidencia-se que não existe formação para os docentes de Língua Portuguesa que queiram suprir à demanda de alunos indígenas na cidade promovida pela UFMT.

Acredita-se que as implicações desse fato podem ser observadas em Xavante (2015, s/p):

Os jovens A'uw enviados frequentaram escolas, aprenderam a língua portuguesa e alguns dos costumes da sociedade envolvente. Ao mesmo tempo, no período das férias eles participavam dos ritos de passagem e aprendiam os conhecimentos necessários ao ser xavante. Isto não impediu que alguns jovens quase esquecessem a língua materna. Expostos diariamente à língua portuguesa, a saída encontrada pelos pais adotivos foi o registro de palavras Xavante para serem "lidos" e falados ao seu modo com os jovens. Assim, "os pais" acreditavam que as duas línguas se fixariam. Segundo relatos orais, as crianças acolhidas e compreendidas superaram os estranhamentos ocorridos na escola e na cidade. Após algum tempo, os jovens retornaram para se casarem e retomarem suas vidas na aldeia. Alguns tiveram dificuldades: na adaptação ao tipo de comida, nas atividades de caça e com a língua materna. Estes estranhamentos também terminaram ao serem acolhidos e compreendidos à medida que participavam das cerimônias e dos ritos tradicionais realizados na aldeia (XAVANTE, 2015, s/p)

Segundo o excerto acima, compreende-se que os indígenas, aos poucos, vão deixando sua cultura de lado para vivenciar, além dos costumes, a história cultural dos *Warazu*. Por isso, elucida-se que a Educação não deve se resumir somente a isso, uma vez que não refere ao ato de civilizar os povos indígenas ou mesmo ensiná-los costumes.

Cadile e Leroy afirmam que:

[...] Em um mundo social marcado pelas desigualdades, violências e opressões refletidas nas diversas colonialidades, torna-se um dever ético não reduzir a educação linguística a um espaço exclusivo de práticas voltadas para leitura, para produção e análises linguísticas alheias aos problemas sociais. Por outro lado, entendemos que as práticas acadêmicas são também, elas próprias, marcadas por uma colonialidade do saber que legitima alguns conhecimentos e desconsidera outros (CADILE; LEROY, 2020, p. 259).

Nesse sentido, subentende-se que a aula de Línguas é de grande relevância e deve ser entendida como "um divisor de águas", apesar de sua limitação por regularizar determinados saberes em detrimento de outros.

Tudo isso, levando em consideração o cenário educacional no qual se ancora a interculturalidade e destaca a indigência de transformar o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa disponível aos Xavantes, buscando sempre proporcionar um intercâmbio entre eles e aqueles que não são considerados indígenas.

MÉTODO

O método deste estudo é a revisão bibliográfica, inserida prioritariamente em ambiente acadêmico, com o objetivo de avançar e atualizar o conhecimento por meio do estudo científico de trabalhos publicados. Para Perovano (2016), a revisão bibliográfica é uma habilidade essencial para a graduação, pois constitui a primeira etapa de qualquer atividade acadêmica.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

Trata-se de um estudo descritivo que, de acordo com Ferreira (2011), são procedimentos usados na ciência para descrever as características de um fenômeno, assunto ou população que está sendo estudada. Nesse caso, foram utilizadas propriedades qualitativas, de acordo com Triviños (1987), inclui pesquisas específicas. O autor afirmou que as propriedades qualitativas são uma indicação do maior grupo de sujeitos que estarão envolvidos no estudo. No entanto, em geral, não tem nada a ver com amostragem. Além disso, ele não é aleatório, mas recebe uma série de condições (tema básico, segundo o ponto de vista do pesquisador, para esclarecer o tema chave; facilidade de encontro com o indivíduo; horário da entrevista individual etc.).

CONSIDERAÇÕES

Este breve estudo foi desenvolvido com o intuito de abrir uma breve discussão acerca da formação de professores indígenas que fazem parte da sociedade Xavante, tendo em vista as suas indigências Educacionais e os indivíduos desta comunidade, os quais deixam as aldeias a procura de formação em escolas situadas em Mato Grosso, Brasil.

Assim, por meio da leitura deste estudo, compreendeu-se ser evidente a defasagem dentre tudo que se faz previsto na Constituição, como também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com aquilo que os indígenas acabam vivenciando.

Compreende-se haver ainda a indigência de se preparar os professores indígenas em formação voltada para o atendimento a tais estudantes que surgem nas aldeias.

Percebe-se que o curso supramencionado neste estudo se mostra capital, pois contribui para que haja um profícuo aperfeiçoamento dos profissionais que já atuam na escola e que atendem a esse grupo étnico.

Entende-se ainda ser imprescindível que se insiram as línguas indígenas nas grades curriculares em cursos de licenciatura tanto em Pedagogia quanto em Letras, pois, ao se disponibilizar tais saberes somente aos professores de Língua Portuguesa seria um retrocesso quando se pensa acerca do estudo dos indígenas.

Desta forma, tendo em vista um contexto social como o contemporâneo, no qual os discursos xenofóbicos ganham força, a tendência é de que sempre haja defasagem na aprendizagem de tais povos indígenas. Assim, entende-se que a perspectiva decolonial de Educação se mostra como algo verdadeiramente capital para que se possa superar tais problemas.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico – o que é, como se faz**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BIESTA, G. O Dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade. **Educação**, v. 41, 2018.
- BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A SOCIEDADE XAVANTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM PROL DE SUAS INDIGÊNCIAS EDUCACIONAIS
Ueudison Alves Guimarães, Marcia Ulrich Bisello, Patricia Weimer, Dione Schneider Pezzini

BRASIL. **LEI Nº 9.394. DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1996.

CADILLE, A. J.; LEROY, H. R. Formação de professores de língua e decolonialidade: o estágio supervisionado como espaço de (re) existências. **Calidoscópico**, v. 18, n. 2, maio/ago. 2020.

CÂMARA JR, J. M. Língua e cultura. In: UCHÔA, C. E. F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** 9. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1955].

FARACO, C. A. **Linguística histórica:** uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, Gonzaga. **Redação científica:** como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011. v. 5.

LUCCHESI, D. **A periodização da história sociolinguística do Brasil.** São Paulo: D.E.L.T.A., 2017.

MAGALHÃES, M. A. L.; SANTOS, M. M. Alunos indígenas da etnia Xavante e professores não índios: o ensino da língua 2 em contexto de interculturalidade. **Cadernode Letras**, n. 27, jul./dez, 2016.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Processo de atribuição SEDUC - PAS/2021.** Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/13028390-pas-2021?ciclo=>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MEDEIROS, J. S. História da educação escolar indígena no Brasil: alguns apontamentos. In: Encontro Estadual de História – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, n. 14, 2018, Porto Alegre-RS. Democracia, liberdade e utopias. **Anais** [...], Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

OLIVEIRA, L. um olhar sob a história do campus universitário do Araguaia – UFMT. **Revista Panorâmica**, v. 30, maio/ago. 2020.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** Curitiba: Ed. Intersaberes, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa de ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa Licenciatura. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação.** Disponível em: http://curso.cua.ufmt.br/letras/file/2019/05/PPC_LETRAS_PORT_LIC_CUA_VERSAO_11versaoconsepe.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

XAVANTE, S. M. I. **Processos de Educação 'Bilingue e Intercultural' Xavante:** Estratégia de Apowe. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/processo-de-educacao-bilingue-e-intercultural-xavante-estrategia-de-apo-1>. Acesso em: 28 fev. 2023.